

Economia.

EDITORA:
JOYCE MERIGUETTI
jmeriguetti@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327

MUDANÇA EM DIREITOS

15 MIL VÃO PODER SE APOSENTAR MAIS CEDO

Trabalhador também pode ver valor do benefício aumentar

MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

A criação da fórmula 85/95 como alternativa ao fator previdenciário vai permitir que, por ano, aproximadamente 15 mil segurados do Espírito Santo antecipem a aposentadoria sem riscos de serem afetados por perdas significantes na renda. É que a norma, aprovada na última quarta-feira pela Câmara, na prática dá ao trabalhador o direito de receber o benefício integral ainda que ele não tenha completado a idade mínima exigida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) nessas operações.

A estimativa de favorecidos é com base no número de aposentadorias por idade concedidas no ano passado pela Previdência. Dos 20 mil benefícios realizados pelo Regime Geral, apenas 30% foram por tempo de contribuição. O restante foi liberado àqueles com idade acima de 60 anos (mulheres) e de 65 anos (homens).

As normas, que integram uma emenda apresentada à Medida Provisória 664 do ajuste fiscal, ain-

INATIVIDADE

20 mil

É o número estimado de aposentadorias concedidas em 2014 no Estado.

da precisam passar pelo Senado. Se aprovadas e sancionadas pela presidente Dilma Rousseff, as mudanças entram em vigor a partir do ano que vem.

Apesar de trazer impactos para os cofres públicos, a fórmula 85/95 é vantajosa ao trabalhador por aumentar o valor do benefício de forma expressiva. As mulheres, as mais prejudicadas hoje pelo fator previdenciário, podem conseguir vencimentos até 40% maior do que pelo modelo atual. Já as verbas salariais dos homens, de acordo com especialistas, podem ter aumento de cerca de 20%.

A medida, no entanto, não põe fim ao fator previdenciário. Caso o trabalhador decida se aposen-

tar antes de atingir a marca, o INSS poderá aplicar o redutor.

PRESSÃO

Uma nova forma de cálculo da aposentadoria é uma reivindicação antiga dos trabalhadores. Hoje, devido ao fator previdenciário, há casos de segurados que, ao requererem o benefício por tempo de contribuição, veem a renda cair pela metade.

Pela fórmula escolhida pelo Congresso, a soma do período de trabalho mais a idade para as mulheres que quiserem se aposentar com benefício integral terá que atingir 85. Para os homens, o resultado desse cálculo terá que dar no mínimo 95.

Um homem, por exemplo, de 53 anos de idade e com 35 anos de contribuição, ao se aposentar pela regra atual recebe apenas 65% do benefício. Para receber 100%, ele precisaria trabalhar mais 12 anos. Com o fator 85/95, essa mesma pessoa, para ganhar integralmente a aposentadoria, precisa trabalhar apenas mais 3,5 anos.

VANTAGENS E DESVANTAGENS

Quem tem que trabalhar por mais tempo

	Homem	Mulher
Idade:	53 anos	50 anos
Contribuição:	35 anos	30 anos
Média de 80% dos maiores salários:	R\$ 4 mil	R\$ 3 mil

Regra 85/95

	Homem	Mulher
Soma do tempo de contribuição com idade:	88	80
Se enquadra na regra:	não	não
Quanto tempo tem que trabalhar a mais para ter benefício integral:	3,5 anos	2,5 anos

Aposentadoria pela regra atual

	Homem	Mulher
Fator previdenciário:	0,651	0,586
Benefício por tempo de contribuição:	R\$ 2.604	R\$ 1.758

Quem terá benefício maior

	Homem	Mulher
Idade:	60 anos	55 anos
Contribuição:	35 anos	35 anos
Média de 80% dos maiores salários:	R\$ 4.390,24 (teto do INSS)	R\$ 3,5 mil

Regra 85/95

	Homem	Mulher
Soma do tempo de contribuição com a idade:	95	85 anos
Se enquadra na regra:	sim	sim
Benefício integral:	R\$ 4.390,24	R\$ 3,5 mil

Regra atual

	Homem	Mulher
Fator previdenciário:	0,85	0,808
Benefício por tempo de contribuição:	R\$ 3.731,70	R\$ 2.828

Quem perde com a regra

Homem

Idade: 65 anos
Contribuição: 45 anos
Média de 80% dos maiores salários: R\$ 3,8 mil

Regra atual

Fator previdenciário: 1,379
Benefício por tempo de contribuição: R\$ 4.390,24

Regra 85/95

Soma do tempo de contribuição com a idade: 110
Se enquadra na regra: sim
Benefício integral: R\$ 3,8 mil

Desvantagem

Nova regra diminuiria aposentadoria em R\$ 590,24 (13% de redução)

Vantagem



Homem

Nova regra aumenta aposentadoria em R\$ 658,54 (17%)



Mulher

Nova regra aumenta aposentadoria em R\$ 672 (23%)

ENTENDA AS MUDANÇAS

▼ Fator previdenciário

O cálculo visa à punição daqueles que se aposentam com idade inferior a 60 anos (mulheres) e 65 anos (homens) ou que tenham idade, mas contribuíram menos de 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres).

▼ Quando foi criado?

Foi criado em 1999 para conter os gastos da Previdência. Um estudo da Câmara dos Deputados estima que, desde 2000

até o final de 2011, o fator tenha gerado economia de R\$ 55 bilhões.

▼ Como funciona?

É uma fórmula complexa que se baseia na idade do trabalhador, tempo de contribuição à Previdência Social, expectativa de sobrevivência do segurado.

▼ Fator 85/95

É a possibilidade de o trabalhador se aposentar antes de completar a idade exigida para benefício integral desde que a soma

da idade e do tempo de contribuição atinja 85 para mulheres e 95 para homens. Para professoras, de acordo com a emenda, a soma deve ser 80 e para professores, 90.

▼ É o fim do fator previdenciário?

Não. Se o trabalhador decidir se aposentar antes, a emenda estabelece que a aposentadoria continua sendo reduzida por meio do fator previdenciário.

MUDANÇA EM DIREITOS

DERROTA DO GOVERNO

Dilma vai vetar mudança na aposentadoria

Presidente deve propor nova regra mas, se não tiver apoio, não validará medida aprovada

BRASÍLIA

▄ O governo está convencido de que não há como arcar com as despesas do fator previdenciário. Por isso, a presidente Dilma Rousseff já mandou avisar aos líderes que o caminho será vetar a proposta aprovada na última quarta-feira pela Câmara. A informação é do Blog da Cristiana Lôbo.

Antes, porém, da tramitação da proposta no Senado, onde o governo ainda espera que haja alguma mudança, será acelerado o trabalho da comissão prometida pela presidente aos sindicalistas para tratar do tema.

As reuniões do grupo, formado por representant-

PREJUÍZO

R\$ 300 bilhões

É a perda para o governo em 20 anos com o fim do fator previdenciário.

tes das centrais sindicais e do governo, devem começar em breve para discutir alternativas ao fator previdenciário.

O governo quer acelerar as discussões na comissão para reduzir o desgaste do veto já prometido.

O Ministério da Previdência está refazendo os cálculos sobre o impacto do fim do fator previdenciário nas contas públicas. O último estudo, de 2012, mostra que o fim do fator geraria impacto de R\$ 40

bilhões em dez anos e de R\$ 300 bilhões em 20 anos. “Isso quebra a previdência”, disse um ministro. A comissão das centrais sindicais vai buscar uma proposta alternativa.

PRAZO

O vice-presidente Michel Temer, articulador político do governo, deu prazo de 60 dias para que seja encontrada uma solução negociada para o fator previdenciário, no fórum integrado por representantes dos trabalhadores, dos aposentados, dos empresários e do governo, criado pela presidente no mês passado para discutir temas trabalhistas e previdenciários.

Para Temer, entre a votação no Senado da medida provisória que muda as regras de pagamento da



AGÊNCIA BRASIL

Dilma Rousseff quer acelerar trabalho em comissão que vai discutir o tema

pensão por morte e a sanção, o fórum será instalado e começará a discutir o tema para apresentar uma solução.

“É possível até que no momento da sanção ou logo depois possa haver uma solução por esse fórum. Eu vou sugerir prazo de 60 dias mais ou menos para ter uma solução para isso. O governo há muito tempo pensa em fazer uma revisão do fator previdenciário”, disse Temer.

Caso não consiga negociar uma mudança na emenda que muda as regras, o caminho será o veto presidencial

Isso porque, agora, a proposta segue para o Senado, que já sinalizou que vai aprovar a alteração nas regras para aposentadoria, que enfraquecem o fator previdenciário.

“Como o Senado já resolveu acatar o fim do fator previdenciário, é óbvio que ele vai aproveitar essa

oportunidade para colocar no lugar do fator uma regra que seja mais favorável aos trabalhadores e ao povo brasileiro”, disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

“A questão do veto é uma questão da presidente. Não estou dizendo que seja vetado ou sancionado. Isso eu não sei dizer. O importante é que haja uma solução para o fator previdenciário”, disse Michel Temer.

Destques de MP 664 são rejeitados

▄ A Câmara dos Deputados concluiu, no início da noite de ontem, a votação da Medida Provisória nº 664, a segunda do ajuste fiscal elaborado pela equipe econômica do governo, ao lado da MP 665, que havia sido aprovada na semana passada.

O governo conseguiu evitar novas derrotas ontem, durante a apreciação de destaques apresentados por ‘rebeldes’ da base aliada e partidos da oposição. Com isso, a MP 664 segue para a apreciação do Senado Federal.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), classificou como “rápida” a votação das medidas em apenas duas semanas, mesmo em meio às ameaças de partidos da base de votar contra e às manobras de obstrução da oposição.

“Concluimos a votação das duas medidas do dito ajuste fiscal do governo”,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Eduardo Cunha classificou votação como rápida

disse. “Parabéns ao plenário, a toda a Câmara dos Deputados, que está podendo expressar a sua vontade através do voto.”

O governo conseguiu derrotar, ontem, no voto três, destaques sugerindo mudanças nas propostas do Palácio do Planalto incluídas na MP 664. Entre elas, a emenda do DEM que suspendia a necessi-

dade de comprovação de dois anos de casamento ou união estável para que cônjuges recebam pensão por morte. Essa regra ficou mantida.

O partido DEM também perdeu na votação de uma emenda aglutinativa que pretendia tornar a pensão por morte vitalícia ao cônjuge a partir dos 30 anos e conceder aumento de

AJUSTE FISCAL

“Concluimos a votação das duas medidas do dito ajuste fiscal do governo. Parabéns ao plenário, a toda a Câmara dos Deputados, que está podendo expressar a sua vontade através do voto”

EDUARDO CUNHA
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

25% no valor de pensões por invalidez, quando comprovada a necessidade de assistência permanente para o pensionista doente.

O PDT e o PTB apresentaram emendas separadas sobre estes temas, mas as retiraram de pauta depois que o governo propôs acordo para discuti-los mais adiante.

“Fator não acabou”, diz Joaquim Levy

▄ O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse ontem, durante rápida entrevista após participar do Global Summit Women, em São Paulo, que o fator previdenciário não acabou. O ministro fez esta afirmação ao ser perguntado sobre a votação na Câmara na quarta-feira, em que os deputados acabaram por flexibilizar o mecanismo e facilitar a aposentadoria dos trabalhadores brasileiros.

“O fator previdenciário não acabou”, disse Levy.

No entanto, o ministro disse que é preciso tomar cuidado com projetos que, quando forem votados, criem a necessidade de mais impostos.

COMISSÃO

“A presidente criou uma comissão com todas as instituições sindicais no dia 1º de maio para tratar todas as questões importan-



ARQUIVO

Levy disse que mudança exige bastante estudo

tes para o trabalhador, inclusive as diferentes maneiras de se ter acesso à aposentadoria. Uma das quais tem funcionado muito bem no Brasil nos últimos anos é você modular, através de um fator previdenciário. Para mudar isso, tem que ser com bastante estudo”, disse Joaquim Levy.

MUDANÇA EM DIREITOS

EQUÍVOCOS

Fórmula 85/95 abala esforço do governo pelo equilíbrio fiscal

Especialistas falam que concessão mais fácil de benefícios terá impactos de curto e longo prazo

MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

Enfraquecida diante do Congresso, a presidente Dilma Rousseff terá dificuldades para concretizar o ajuste fiscal tão necessário para segurar as contas do governo. A aprovação de uma regra alternativa ao fator previdenciário em meio aos debates sobre cortes de direitos trabalhistas e previdenciários vai trazer repercussões negativas imediatas aos cofres do Tesouro, no entanto, em dez anos elevará em R\$ 40 bilhões as despesas com benefícios previdenciários.

O especialista em Previdência e pesquisador do IPEA, Paulo Tafner afirma

que a ideia de implementar o fator 85/95 não foi algo que surgiu do acaso. “As reduções nos gastos com pensões por morte serão compensadas com um aumento nos custos com a aposentadoria. Não podemos dizer que o Congresso deu uma rasteira na presidente. Ela deu uma ‘pernada’ nela mesma ao não ter acertado essa questão de uma maneira mais transparente”.

Tafner critica o discurso dúbio sobre o ajuste. “Mesmo que perdesse a popularidade, seria ideal o governo mostrar com clareza a real situação da Previdência. Temos um cenário preocupante, de uma população que está envelhecendo e de um aumento na expectativa de vida sem que haja aumento na arrecadação”.

O pesquisador defende



DIVULGAÇÃO

Arilda Teixeira considera mudança desastrosa

o fim do fator previdenciário, a fixação de uma idade mínima e a equiparação das aposentadorias de homens e mulheres. “No serviço público, o trabalhador deve atingir 60 anos de idade e 35 anos de contribuição para se aposentar. É pouco ainda. O ideal é ampliar essa exigência aos segurados do INSS e ao funcionalismo de forma progressiva até chegar aos 65 anos”, afirma.

Para a professora da Fucape Arilda Teixeira, essa pré-disposição para colocar um fim no fator previdenciário terá impactos de curto e longo prazo.

“Quando alterou as regras do seguro-desemprego e aprimorou a redação das pensões, o governo queria evitar os abusos. A intenção era convergir para um equilíbrio e tornar o orçamento mais

exequível. A aprovação de uma nova regra para aposentadoria dificulta o esforço atual de um ajuste fiscal, mas é no longo prazo que temos que nos preocupar mais. É uma atitude irresponsável tirar o fator previdenciário. Falta um debate sincero e honesto do Congresso com a sociedade para explicar porque as regras para aposentadoria são mais rígidas”, afirma.

Arilda ainda explica que problema da Previdência é uma consequência de anos de má gestão. “Além da alta informalidade e do baixo crescimento do país, os recursos previdenciários tiveram uma administração vexatória. Se não fosse por isso, os fundos arrecadados até agora seriam suficientes para pagar os aposentados sem onerar a União”.

Despesas atrasadas prejudicam ajuste

De janeiro a abril, o governo reduziu em 3,1% as suas despesas. A economia, porém, foi feita basicamente ceifando investimentos. As despesas correntes - que são aquelas que sustentam a máquina pública - continuaram a crescer. Tiveram alta de 4%. Quando se olha o que mais pressionou os gastos, um detalhe chama a atenção: a equipe econômica foi obrigada a gastar mais - quando tinha de poupar - para poder sanar contas herdadas da gestão anterior.

Levantamento realizado pelo economista Mansueto Almeida, especialista em contas públicas, mostra que na lista das cinco despesas que mais cresceram, de janeiro a abril, todas foram sobrecarregadas com acertos de pendências.

A conta adicional desse conjunto de despesas foi de R\$ 12,7 bilhões. As chamadas “indenizações e restituições” cresceram impressionantes 221%, gerando um adicional de R\$ 2,5 bilhões. Entre elas estavam transferências atrasadas

ALTOS GASTOS

R\$ 1,95

bilhão

Valor usado para cobrir o Programa de Sustentação do Investimento do BNDES.

do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

As despesas de exercícios anteriores” mais que dobraram - alta de 105,7%. Entre os R\$ 3,1 bilhões adicionais, o destaque eram pendências com fornecedores na área da saúde. Além disso, R\$ 1,4 bilhão (alta de 59%) incluíam pendências com bolsas de estudos, entra elas as do programa Ciência Sem Fronteiras, que mantém universitários brasileiros no exterior. Cerca de R\$ 3,7 bilhões (alta de 65%) cobriram compensações à Previdência. Nessa conta estão as despesas com a desoneração da folha de pagamento, que a Fazenda tenta extinguir.

OS NÚMEROS DO AJUSTE

R\$ 122 bilhões. A equipe da presidente Dilma Rousseff realizou um projeto de ajuste fiscal que beira os R\$ 122 bilhões entre corte de gastos e aumento de impostos para conter o endividamento e trazer equilíbrio ao orçamento da União.

R\$ 75 bilhões. No plano de ajustes, o governo limitou o orçamento dos ministérios. Os gastos com investimentos, restos a pagar, custeio e obras do PAC não podem ultrapassar R\$ 75 bilhões no período de janeiro a abril.

R\$ 58 bilhões. É quanto o governo deve economizar com os ajustes estimados. A redução de gastos pode afetar obras como PAC e o Minha Casa Minha Vida. Já há relatos de atrasos dos repasses às construtoras.

R\$ 18 bilhões. Em dezembro de 2014, o governo alterou o acesso a

diversos benefícios sociais. Entre as regras mudadas estão o seguro-desemprego e a concessão das pensões. Pela MP aprovada pela Câmara, os cônjuges só poderão requerer pensão por morte do companheiro se o tempo de união estável ou casamento for de mais de dois anos e o segurado tiver contribuído para o INSS por, no mínimo, um ano e meio. Antes, não era exigido tempo mínimo de contribuição para que os dependentes tivessem direito ao benefício, mas era necessário que, na data da morte, o segurado estivesse contribuindo para a Previdência Social.

R\$ 10 bilhões. O governo também apertou o cerco ao trabalho informal criando novos programas e mecanismos de fiscalização. O governo também prevê digitalizar multas aplicadas a trabalhadores e empresas, para facilitar a cobrança. Com as ações de

fiscalização, a ideia é também aumentar a arrecadação em R\$ 10 bilhões. O dinheiro será direcionado ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e para o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Parte também poderá ser direcionada aos cofres da Previdência.

R\$ 12 bilhões. É um impacto estimado com as ações de aumento das alíquotas de PIS/Cofins e volta da Cide Combustíveis. Serão R\$ 0,22 para o preço da gasolina e R\$ 0,15 sobre o diesel. A Petrobras repassou a alta do combustível aos consumidores desde fevereiro.

R\$ 7,4 bilhões. É quanto o governo pretende arrecadar com o aumento da alíquota de IOF, incidente sobre o crédito da pessoa física. As alíquotas aplicadas foram reajustadas de 1,5% ao ano para 3%.

R\$ 5,3 bilhões. Governo começou a rever a política de desoneração da folha de pagamento, aumentando os impostos e reduzindo os benefícios a empresas, que antes pagavam entre 1% e 2% sobre a receita bruta.

R\$ 5 bilhões. A volta da alíquota cheia do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos foi uma das ações para controlar o desajuste fiscal. A alíquota dos modelos 1.0, que era de 3%, subiu para 7%. Para aqueles com motor entre 1.0 e 2.0, a alta foi de 9% para 11%. Nessa faixa e para carros com motores de maior capacidade volumétrica e com motores a gasolina, o imposto subiu de 10% para 13%.

R\$ 381 milhões. É o impacto da equiparação tributária do atacadista do setor de cosméticos ao setor industrial. A medida começa a valer agora em junho de 2015.